

# Interações, aprendizagem e desenvolvimento: ensaio sobre o turismo em Florianópolis

## Interacciones, aprendizaje y desarrollo: ensayo sobre el turismo en Florianópolis

## Interactions, learning and development: an essay on tourism in Florianópolis

Hoyêdo Nunes Lins\*  
hnlins@cse.ufsc.br

---

### Resumo

O debate contemporâneo sobre desenvolvimento local-regional mostra-se repleto de referências à importância das inter-relações envolvendo os atores sociais, da aprendizagem e da sustentabilidade. O principal foco de análise nesse debate é a indústria, mas também setores como o de turismo podem figurar nas vinculadas reflexões. Este artigo aborda o turismo de Florianópolis com inspiração nesses termos analíticos. Após a introdução, discorre-se sobre interações, processos de aprendizagem e desenvolvimento local-regional, de um modo amplo, caracteriza-se o turismo de Florianópolis, focaliza-se o binômio aprendizagem-desenvolvimento em relação ao turismo local, e olha-se criticamente para os problemas de governança no setor.

**Palavras-chave:** Clusters Turísticos; Turismo em Florianópolis; Aprendizagem e Desenvolvimento; Governança.

### Resumen

El debate contemporáneo sobre desarrollo local-regional se muestra repleto de referencias a la importancia de las interrelaciones involucrando a los actores sociales, del aprendizaje y de la sostenibilidad. El principal foco de análisis en ese debate es la industria, pero también sectores como el de turismo pueden figurar en las vinculadas reflexiones. Este artículo aborda el turismo de Florianópolis con inspiración en esos términos analíticos. Después de la introducción, se discurre sobre interacciones, procesos de aprendizaje y desarrollo local-regional; de un modo amplio, se caracteriza el turismo de Florianópolis, se focaliza el binomio aprendizaje-desarrollo en relación al turismo local, y se observan críticamente los problemas de gobernanza en el sector.

**Palabras-clave:** Clusters Turísticos; Turismo en Florianópolis; Aprendizaje y Desarrollo; Gobernanza.

### Abstract

The contemporary debate on local and regional development is replete with references to the importance of the interrelations involving social players, learning and sustainability. The main focus of analysis in this debate is industry, but sectors such as tourism may also play a part in the reflections on the subject. This article addresses tourism in Florianópolis as inspiration in these analytical terms. Following the introduction, it gives an in-depth discussion of interactions, learning processes and local and regional development, characterizes tourism in Florianópolis, focuses on the binomial learning-development in relation to local tourism, and looks critically at problems of governance in the sector.

**Key words:** Tourism Clusters; Tourism in Florianópolis; Learning and Development; Governance.

---

\* Professor titular do Departamento de Ciências Econômicas / Programa de Pós-Graduação em Economia (UFSC/SC). Doutor em Geografia Organização do Espaço (Université de Tours / Université Francois Rabelais - França), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Regional (University College Of Swansea – Grã-Bretanha), Graduado em Ciências Econômicas e Direito (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/SC).

## 1 Introdução

Nas últimas décadas, o debate sobre desenvolvimento local-regional registra a disseminação de abordagens em que despontam expressões como “*clusters* de atividades”, “vínculos interfirmas e interinstitucionais” e “economia da aprendizagem”. Esses enfoques marcam presença em análises sobre os desafios e possibilidades incrustados na globalização e nas mudanças econômicas recentes. A idéia subjacente é que os *clusters* – quer dizer, aglomerações geográficas de atividades de um mesmo setor ou com proximidade (técnico-econômica) estratégica e também de instituições vinculadas – estimulam interações dinâmicas que favorecem a aprendizagem coletiva, base das inovações. Estas, como se sabe, têm papel crucial em ambientes de concorrência acirrada.

Fértil para o estudo de realidades industriais, essa orientação analítica não se mostra desprovida de interesse para investigações sobre outros tipos de atividades, incluindo o setor de serviços. Esse entendimento constitui premissa deste ensaio, que se inspira nos aludidos termos de análise para examinar a problemática do desenvolvimento local-regional vinculada a uma realidade não industrial, mas turística. E o foco de atenção, privilegiando uma realidade em relação a qual diferentes pesquisadores têm demonstrado interesse – cf. Lins (2000a; 2002) e Ouriques (1998), por exemplo –, é o turismo em Florianópolis, particularmente na Ilha de Santa Catarina, que abriga quase todo o município-capital do estado catarinense.

## 2 Interações, aprendizagem e desenvolvimento local-regional: dos aspectos gerais à questão do Turismo

Em boa medida, as configurações sócio-produtivas na forma de *clusters* têm realce na literatura sobre desenvolvimento local-regional pelo que representam para os processos de aprendizagem. Essas estruturas geralmente reúnem condições para o estímulo e o fortalecimento de tais processos, o que lhes outorga proeminência, haja vista que, sendo um elemento chave da dinâmica inovativa, aprender tende a se apresentar como requisito indispensável da competitividade. Aprendizagem envolve interação, já que é atividade de natureza coletiva. Além disso, o conhecimento ostenta, ao lado de aspectos formais e codificados, um forte componente tácito (LUNDVALL; BORRÁS, 1997).

Daí não surpreender que a escala local-regional seja considerada nada menos que estratégica nos processos de geração-difusão-utilização do conhecimento, ou seja, na dinâmica da aprendizagem. As relações de proximidade e o que elas potencializam explicam essa condição. É assim, em primeiro lugar, nas estruturas sócio-produtivas, onde há concentração geográfica de firmas e instituições que exibem inter-relações e influências mútuas, como ocorre, por exemplo, quando as complementaridades são importantes e necessárias.

O papel desempenhado pelas instituições é decisivo para a aprendizagem, pois é no âmbito do tecido institucional que, via de regra, ocorrem o amparo e a promoção das interações entre os agentes. Dessa maneira, as estruturas econômicas territorializadas mostram-se tanto mais inclinadas à inovação, tendendo ao desempenho competitivo, na medida em que reúnem características de *região de aprendizagem*, onde os processos de aprendizagem interativa revelam-se institucionalmente organizados (LANDABASO; OUGHTON; MORGAN, 1999). No fundo, os correspondentes traços se confundem com os dos próprios sistemas local-regionais de inovação, entre os pilares dos quais destaca-se a associatividade dos agentes, refletida principalmente em “intercâmbio sistêmico, ou seja, regular, de mão dupla, sobre assuntos de importância [...]” (COOKE; URANGA; ETXEBARRIA, 1997, p. 484).

A idéia de associatividade encontra-se no âmago da problemática dos *clusters*, remetendo à cooperação entre atores locais, com vistas, por exemplo, ao equacionamento de problemas

comuns, às iniciativas conjuntas de naturezas diversas e à promoção e exploração de complementaridades. Articulados às economias externas, tidas como um resultado incidental da proximidade entre os agentes, os vínculos de cooperação podem compor cenário de *eficiência coletiva* (SCHMITZ, 1995) que normalmente representa conjugação de condições favoráveis ao funcionamento do sistema local.

Sublinhe-se que o setor público tem função essencial na promoção de vínculos associativos, quer pela sua importância como provedor de infra-estrutura quer pela sua capacidade de mobilizar os agentes da estrutura local-regional e catalisar as suas ações (MORGAN, 1997). Isso significa que governos estaduais e municipais devem atuar em sintonia tanto com as tendências gerais, delineadas em escala macroeconômica, quanto em relação às necessidades dos setores e agentes que integram os *clusters*. Agir diferentemente significa risco de ineficácia na ação governamental (GLASMEIER, 1999).

Aludir à atuação do Estado nesses termos implica tocar no problema da regulação dos sistemas socioeconômicos territorializados. A ação pública em nível de estados e municípios envolve, com efeito, o enfeixamento de tarefas, iniciativas e normas que compõem o que se pode designar como governança local-regional, um tema que adquiriu relevo nas últimas décadas na esteira das mudanças na forma de atuar do Estado.

Mas deve-se realçar que a regulação local transcende a esfera do governo e implica numerosas instituições, inclusive privadas, cujos procedimentos acabam produzindo ou fortalecendo padrões de conduta ou convenções que balizam os comportamentos individuais e coletivos, ajudando a emprestar-lhes coerência em benefício do conjunto socioeconômico. Tais convenções contribuem até para evitar/equacionar as ações negativas de *free riders*, potencialmente comprometedoras da estabilidade dos sistemas local-regionais (GILLY; PECQUEUR, 1995; BENKO; LIPIETZ, 1995).

Esses termos de análise baseiam-se na observação de *clusters* industriais e têm inspirado políticas de promoção local-regional centradas na indústria, como assinalado anteriormente. Entretanto, acredita-se – e, neste artigo, toma-se isto como premissa – serem válidos para a abordagem de outros tipos de atividades econômicas que exibam “enraizamento” territorial. O turismo pode se apresentar como um tal tipo de atividade.

E o que seria um *cluster* turístico? A percepção, inspirada nos termos gerais do debate em questão, é que um *cluster* desse gênero corresponde a uma constelação de empresas atuando em hospedagem, alimentação, lazer e organização de viagens, entremeadas com instituições públicas e privadas e com diversas atividades subsidiárias, tudo em situação de proximidade e ostentando as respectivas atuações “cimentadas” pela existência localizada de atrativo(s) turístico(s) capaz(es) de magnetizar fluxos de visitantes.

Ora, como em qualquer experiência de cunho industrial, também nos *clusters* turísticos a cooperação e as complementaridades revelam-se essenciais. Esse ponto é indicado como segue por Porter (1998, p. 81):

Em um típico *cluster* turístico [...] a qualidade da experiência do visitante depende não só do apelo da atração primária, mas também da qualidade e eficiência de negócios complementares, tais como hotéis, restaurantes, centros comerciais e meios de transporte. Tendo em vista que os membros do *cluster* são mutuamente dependentes, a boa performance de um pode ampliar o sucesso dos outros.

Esse sentido de interdependência dos agentes, incrustado na noção de *cluster* turístico, marca presença em diferentes estudos, focalizando experiências tanto estrangeiras quanto nacionais. Uma interessante ilustração do primeiro tipo refere-se à análise de Nacher e Carpi (2000) sobre a trajetória de destinos turísticos pertencentes à Comunidade Valenciana, na costa mediterrânica

espanhola. Sobre abordagens envolvendo destinos brasileiros cabe indicar, por exemplo, o trabalho de Barbosa e Zamboni (2000) sobre Bonito, no Mato Grosso do Sul, e, também, o estudo de Tebchirani (2001) sobre o *trade* turístico de Curitiba com ênfase na noção de economias de aglomeração, central no debate em termos de *clusters*, de uma forma ampla. Numa escala “microespacial”, relativa a um caso catarinense, pode-se mencionar a pesquisa de Silveira, Dreher e Ullrich (2005) sobre a percepção dos empreendedores a respeito do que esses autores designam como “arranjo produtivo local em turismo sustentável” na comunidade rural de Nova Rússia, em Blumenau. Em todos esses estudos, evocam-se problemas dizendo respeito a interações, interdependências e governança, em maior ou menor grau.

Note-se que atributos como interdependências e complementaridades revelam-se fundamentais, talvez em primeiro lugar, para as inovações turísticas. Estas são geralmente oportunizadas, e mesmo precipitadas, pelas mudanças recentes no perfil do turismo – expansão do fluxo de pessoas idosas, avanço do turismo cultural e interesse crescente pelo ecoturismo, entre muitas outras, o conjunto acenando com forte segmentação e “customização” do mercado turístico – e pela difusão das novas tecnologias de informação e comunicação, com reflexos perceptíveis, por exemplo, no segmento de hotéis (PAIVA; CAVALCANTI; SOUZA, 1996). Ora, ganha terreno o entendimento de que a “dinâmica da proximidade”, abarcando interações cooperativas, joga um papel crucial no impulso às inovações. Em recente conferência da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre inovação e crescimento no setor de turismo, colocou-se em destaque, de fato, que:

Um desafio para a indústria [turística] é ofertar novos produtos e serviços que ampliem a lucratividade geral do setor e desenvolvam ainda mais a atratividade e competitividade dos destinos e/ou empresas, principalmente com base em melhores respostas às mudanças na demanda turística (OECD..., 2003, p. 2-3).

[...] um instrumento bem sucedido e promissor para inovar na indústria turística pode ser alcançado através de cooperação, alianças e/ou redes em áreas tais como tecnologia, marketing, distribuição e compartilhamento de recursos humanos. [...] Redes/clusters podem desempenhar um papel muito importante em termos de condições para inovar dos operadores (por exemplo, menores custos de experimentação, maior visibilidade e melhores respostas às mudanças na demanda) (op cit., p. 4).

Os empresários de turismo compreenderam que a inovação está se tornando um elemento chave à sobrevivência e à competição num ambiente dinâmico e com mudanças radicais. Como para os tomadores de decisões políticas, o objetivo [para os empresários] é encorajar o conjunto dos envolvidos (por exemplo, regiões, municipalidades e a comunidade de negócios) a cooperar mais proativamente. Até agora, a cooperação em turismo não parece suficiente, principalmente em pequenas e médias empresas. Para os governantes, isso significa que uma política de inovação em turismo deve promover coerência e sinergia (op cit., p. 6).

Na seqüência do artigo focaliza-se o setor de turismo em Florianópolis. O marco da abordagem é o indicado por essas considerações gerais sobre *clusters*, aprendizagem e desenvolvimento local-regional.

### 3 Florianópolis: aspectos de um espaço turístico

Poucos discordariam de que Florianópolis e sua região, a Ilha de Santa Catarina em primeiro lugar, apresentam forte envolvimento com o setor de turismo. A mais breve consulta aos dados sobre fluxo turístico no Brasil, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), dissipa qualquer dúvida a respeito do assunto.

Todavia, cabe destacar que a estrutura local de hospedagem e alimentação registra o funcionamento de numerosas empresas distribuídas em diferentes localidades, em particular nas praias mais conhecidas e demandadas (como as das costas norte e leste da ilha). E, também, que as opções de pernoite são bastante variadas, incluindo hotéis, pousadas, *campings* e albergues, o mesmo podendo ser dito do segmento de alimentação. Fazem-se igualmente notar, em maior ou menor grau, atividades vinculadas abrangendo agências de viagem e turismo e integrantes do aparato que sustenta a vida noturna e o lazer, além de um número elevado de diferentes tipos de práticas comerciais.

Marcam presença, do mesmo modo, instituições públicas e privadas ligadas ao turismo. A Santa Catarina Turismo S.A. (SANTUR), a Secretaria de Turismo de Florianópolis (SETUR) e o Florianópolis *Convention & Visitors Bureau*, instalado no âmbito da Fundação Pró-Turismo de Florianópolis (PROTUR) e com foco no fortalecimento do turismo de eventos, constituem certamente as principais ilustrações. Esses organismos, ao lado de diversos outros que, com intensidades variáveis, interagem com o setor turístico – vale mencionar entidades de cunho corporativo e de representação, como o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, e também organismos que atuam em formação técnica e superior de turismo – criaram o Fórum Permanente de Planejamento Turístico de Florianópolis, cujas atividades tiveram alguma visibilidade no passado recente.

Tudo somado, observa-se que a área exibe uma verdadeira constelação de agentes cujas atividades têm o turismo como centro de gravidade. Esse coletivo tomou corpo gradativamente, à medida que a estupefa base natural da área – que Porter chamaria de “atração primária”, nos termos da citação inserida na parte anterior do texto – ampliou o seu arco de sedução sobre diferentes focos de emissão de fluxos turísticos, no Brasil e no exterior.

Destacam-se nessa base natural numerosas e diferentes praias (permitindo os mais diversos tipos de usos) e paisagens muito atraentes, sendo que a presença de águas termais em municípios próximos, acompanhada de uma razoável oferta de serviços de hospedagem e alimentação, também merece ser mencionada na estrutura turística regional. Esse conjunto de atributos, aos quais se somam aspectos ligados à herança cultural (de “matriz” açoriano-madeirense) de algumas localidades litorâneas, distribuídas na ilha e no continente próximo, outorgou reconhecimento à área e galvanizou a sua atratividade turística.

A Ilha de Santa Catarina, em particular, tem tido os seus atrativos exaltados de modo recorrente. Essa condição transparece até historicamente, como evidenciam as impressões de vários comandantes de navios de diversas procedências que visitaram o local entre os séculos XVIII e XIX (ILHA..., 1979). Por isso, não surpreende que já no início dos anos 60 fosse sublinhado, em jornal de alcance nacional, que contemplar Florianópolis, “sob qualquer prisma e a qualquer distância, [...] produz sempre uma sensação de deslumbramento [...]” (CARNEIRO, 1964, p. 16); nem que no começo da década de 90 a ilha fosse saudada, também em jornal de circulação ampla, como “a estrela do verão brasileiro” (FABRIS, 1993, p. 1); e tampouco que, na aurora do século XXI, reportagem de jornal britânico exaltasse, não sem os exageros dos comentários entusiasmados, “as praias preservadas e a vida noturna sufocante de Florianópolis, descrita regularmente como a St. Tropez da América do Sul” (ROGERS, 2006).

Todavia, em que pese essa histórica “exposição”, a trajetória local rumo à condição de núcleo turístico não se desdobrou por período muito maior do que três décadas, a partir de meados dos anos 70. Foi nesse intervalo que, após a “descoberta” do litoral catarinense principalmente por turistas argentinos, a área consolidou-se como espaço de convergência de numerosos contingentes, originários tanto de países vizinhos (a Argentina largamente em primeiro lugar) como de outros estados brasileiros, e até de outros continentes.

A tabela 1 reúne informações sobre o fluxo turístico local. Embora oscilante, o movimento apresenta tendência claramente expansiva nos últimos 20 anos, representando gastos igualmente

em franca ascensão. Esse comportamento da demanda não deixou de repercutir junto à oferta de serviços. A disponibilidade de leitos em hotéis, por exemplo, passou de um patamar inferior a 6 mil em 1986 para o nível de 18 mil em 2002, triplicando em menos de 20 anos. Assim, conforme dados da página na Internet da seção catarinense da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis ([www.abidh-sc.com.br](http://www.abidh-sc.com.br)), Florianópolis divide com Balneário Camboriú parte considerável da capacidade hoteleira do estado. A conclusão não pode ser outra: o setor de turismo fincou raízes profundas na região de Florianópolis, mesmo que, como assinala Mingori (2001), o envolvimento esteja longe de se mostrar homogêneo, social e espacialmente falando, na Ilha de Santa Catarina como um todo.

Tabela 1 - Trajetória turística de Florianópolis: 1986-2006

Ano	Números aproximados de turistas (janeiro e fevereiro) (*)	Gastos turísticos aproximados - US\$ mil (janeiro e fevereiro) (*)
1986	199.500	35.600
1988	274.800	57.600
1990	302.700	138.700
1992	351.700	84.500
1994	356.900	164.800
1996	300.700	121.000
1998	358.500	136.100
2000	506.200	144.900
2002	370.600	84.600
2004	581.400	113.300
2006	588.700	167.900

Fonte: GOVERNO...(vários anos)

(\*) O termo "aproximados" indica que os dados foram arredondados

À primeira vista autorizando referência à condição de *cluster* turístico, o tecido de empresas e instituições, com as inter-relações existentes, é a um só tempo resultado e condição do crescimento do número de turistas. É consequência porque, com a "descoberta" da região, o incremento progressivo da demanda resultou em instalação também gradativa dos elementos que formam o sistema, especialmente, os serviços de hospedagem e alimentação. E é, também, condição, tendo em vista que o aumento e a melhoria dos serviços e das infra-estruturas reverberaram em termos de intensificação dos fluxos de visitantes.

Claro que uma tal espiral ascendente jamais se desencadearia caso a área não dispusesse de uma grande riqueza ambiental, paisagística, histórica e cultural, aliás incansavelmente proclamada pelo *marketing* turístico. Entre outras coisas, isso quer dizer que, não obstante a importância do aparato criado, as possibilidades de manutenção do setor de turismo local mostram-se diretamente relacionadas à eficácia da manutenção e preservação dos referidos elementos de atratividade.

#### 4 Aprendizagem e desenvolvimento no turismo florianopolitano

Décadas de presença efetiva do turismo inocularam em Florianópolis uma considerável familiaridade com questões importantes desse setor, irrevogavelmente incorporado ao ambiente local. Figurou entre as práticas tributárias dessa aprendizagem o "monitoramento" possibilitado pelas pesquisas sobre demanda sistematicamente efetuadas pela SANTUR. Alcançando, também, outros municípios turísticos do estado, tais pesquisas permitem captar diversos aspectos do fluxo turístico, representando um subsídio importante à gestão e ao planejamento do setor.

Também contribuem para essa aprendizagem, inclusive recobrando a problemática dos reflexos socioeconômicos e ambientais da expansão turística, diferentes estudos desenvolvidos

na órbita acadêmica (p. ex., LINS, 1993; 2000a,b; LINS et al, 2002). A rotina de trabalho de instituições como o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), de sua parte, nutre as apreciações sobre os efeitos do turismo em termos de aumento da urbanização em diferentes localidades da Ilha de Santa Catarina. Fica clara a representatividade do turismo como vetor de crescimento urbano, o que transparece nas mudanças sofridas por localidades que há poucas décadas não passavam de simples vilarejos litorâneos e agora aparecem como áreas urbanizadas quase auto suficientes em alguns aspectos (Canasvieiras, Ingleses, Lagoa da Conceição), e também no surgimento de focos de urbanização rápida onde praticamente nenhuma ocupação existia há alguns anos (Jurerê Internacional, Praia Brava). Trabalhos acadêmicos como os de Moretto Netto (1993), Rial (1988), Santiago (1995) e Santos (1993) documentam esse amplo processo, explorando diferentes aspectos da trajetória percorrida.

Planejar o turismo adquiriu contornos de importante objetivo no bojo da aprendizagem local sobre o setor. A marcada sazonalidade das respectivas atividades, caudatária da força do “atributo praia” incrustada na região, revelou-se fator de relevo da intenção de planejar. Isso é compreensível, pois a sazonalidade representa grande pressão sobre os elementos turísticos no verão e no resto do ano impõe subutilização que, embora oscilante nos seus níveis, significa visível ociosidade especialmente nos balneários, repercutindo no emprego e na renda. Estudos sobre localidades específicas registram esse tipo de problema; um desses estudos diz respeito à pesquisa de Lins (1993) sobre a situação da Barra da Lagoa no início dos anos 90, período em que aquele local encontrava-se em pleno processo de “integração” à dinâmica do turismo florianopolitano. Movimento de relevo no tocante ao planejamento do setor ocorreu já na virada para os anos 80, com a elaboração, pelo IPUF, do *Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis* (IPUF, 1981).

Desde então, entretanto, Florianópolis assistiu a uma “explosão” do setor turístico, praticamente alterando todos os parâmetros relevantes, diante do que a prática do planejamento passou a ser vista, em alguns meios, como atividade a ser intensificada, necessária e urgentemente. Ao que parece, comungava-se o entendimento segundo o qual “locais que permitem o desenvolvimento do turismo sem [...] planejamento [...] sofrem problemas sociais e ambientais. [...] Essas áreas [...] não podem competir [...] com destinações turísticas planejadas” (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 1997, p. 3). Como se falará posteriormente, todavia, muito deixou de ser feito em relação ao assunto.

Nesse movimento, o ano de 1994 registrou a realização do I Fórum Internacional de Planejamento Turístico de Florianópolis (FIPTF), promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina, com patrocínio e apoio de numerosas instituições públicas e privadas, inclusive de atuação internacional, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Organização dos Estados Americanos. Objetivava-se, a partir de palestras e exposições sobre a temática do turismo, desencadear processo de planejamento do qual participassem os diferentes atores que gravitam em torno do setor. A criação do já aludido Fórum Permanente de Planejamento Turístico de Florianópolis, integrado por representantes das instituições que participaram do FIPTF, foi um dos resultados desse encontro.

Em 1995, repetiu-se a experiência de realizar evento de abrangência internacional (com a programação do II FIPTF) e preparou-se, no âmbito do Fórum Permanente, o *Plano Estratégico de Planejamento Turístico para Florianópolis – PLANET 2000*. Este teve a sua revisão e atualização decididas em 1998: cada assunto tratado na primeira versão (recursos humanos, infra-estrutura, equipamentos urbanos e turísticos, meio ambiente, cultura, serviços, organização institucional e imagem da cidade) foi reavaliado e isso permitiu, quando houve necessidade, adaptações ou reorientações das iniciativas correspondentes.

Merece destaque a incorporação de um novo tema: “eventos”, com a estratégia de “qualificar a área de eventos nos moldes de modernidade e eficiência exigidos pela competitividade

globalizada” (FÓRUM..., p. 22), uma ênfase que sugere o quanto a opção pelo turismo de eventos logrou criar raízes localmente. Vale assinalar, de todo modo, que as ações indicadas na primeira versão do *PLANET 2000* foram encaminhadas somente de forma parcial e sem simetria entre os diferentes temas, um tipo de diagnóstico que pode ser feito também sobre as medidas da segunda versão.

O problema da sazonalidade, especificamente, só poderia ser equacionado com iniciativas capazes de propiciar a distribuição do fluxo turístico entre as estações. Em área cujos principais atrativos têm permitido efetiva movimentação turística só nos meses de verão, alongar o perfil temporal das chegadas implicaria motivações para visitas fora da alta temporada. Instrumento privilegiado para reduzir a dependência da alta estação, em quaisquer circunstâncias, é a promoção eficaz do turismo de eventos, uma alternativa que, deve-se assinalar, sempre freqüentou o imaginário do *trade* turístico local.

Entretanto, para impulsionar o turismo de eventos não basta uma estrutura natural e paisagística privilegiada. É também necessário que exista uma infra-estrutura adequada à realização de congressos, simpósios, feiras e outras iniciativas do gênero, assim como eficiência na busca de inserção na geografia dos eventos, em escala nacional e internacional. O segundo aspecto exige intensa e competente promoção para atrair eventos, um tipo de procedimento que, segundo as evidências, está longe de se afigurar simples e de resultados imediatos, principalmente em virtude da grande concorrência que caracteriza esse segmento turístico.

Esses movimentos em prol do turismo de eventos mostraram-se importantes em Florianópolis.

Em relação à infra-estrutura, passo de relevo foi a instalação, basicamente a partir de iniciativa de cunho privado, do centro de convenções conhecido como Centro Sul, inaugurado em 1998, em plena área central de Florianópolis. A região já dispunha de locais para esse tipo de acontecimento, porém a capacidade instalada era esparsa, fragmentada entre diferentes hotéis e outros tipos de instalações (clubes e órgãos públicos, por exemplo), além de pouco apropriada para eventos de grande porte (MACHADO, 1999). Assim, não se pode negar que o Centro Sul representou, de alguma forma, um salto qualitativo na trajetória turística de Florianópolis, concorrendo para a redução da sazonalidade turística. Representatividade semelhante encontra-se associada ao Centro de Eventos da Universidade Federal de Santa Catarina, um equipamento inaugurado há poucos anos e de grande capacidade para abrigar programações do gênero, e também aos novos hotéis em operação na área, via de regra dotados de instalações condizentes para essas atividades.

No tocante à necessidade de divulgar a área para o turismo de eventos e de atuar em captação, mostrou-se estratégica a criação do já mencionado Florianópolis *Convention & Visitors Bureau* (FCVB), cujo papel envolve reunir informações, preparar material de divulgação, marcar presença em eventos na condição de entidade captadora e agir eficientemente na atração. Não parece equivocado assinalar que o FCVB é depositário de esperanças locais quanto à consolidação desse tipo de turismo em Florianópolis. E também que o feixe de movimentos relacionados ao turismo de eventos, com os resultados atingidos, pode ser visto como uma efetiva inovação no turismo de Florianópolis. Mostravam-se de fato auspiciosas, já no início da década de 2000, notícias que informavam estar Santa Catarina, e destacadamente Florianópolis, galgando importantes degraus no segmento do turismo de eventos (VANIN, 2001).

As iniciativas relacionadas à sazonalidade e ao planejamento turístico evidenciam o quanto a trajetória local repercutiu em termos de aprendizagem sobre o setor. Os resultados alcançados também representam – como sublinhado acima acerca do turismo de eventos – avanços no plano da inovação, pois na base deles há interações dos agentes com respeito tanto ao problema da sazonalidade quanto à questão mais ampla do planejamento, alimentando processo que, de algum modo, mostrou-se relativamente conseqüente e merece, assim, algum destaque. Pode-se dizer que participa do rol de inovações o cruzamento entre os interesses do setor turístico e os de outros



setores locais. Uma ilustração refere-se à “interlocação” do turismo com a maricultura, uma atividade de inegável crescimento em Santa Catarina na década de 90: iniciativas de cunho interinstitucional resultaram na criação da Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana, inaugurada em outubro de 1999, em Florianópolis e integrante, desde então, do calendário cultural, artístico e turístico local (LINS, 2006).

Mesmo que tais inter-relações sejam insuficientes e que o diálogo entre instituições importantes – como o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis, a PROTUR e a SANTUR – seja permeado, também, por conflitos (JANUÁRIO, 1997), a exploração da esfera em foco é fundamental para que se vislumbre um desenvolvimento local-regional associado, pelo menos em algum grau, à condição de área turística, como se espera para Florianópolis.

## 5 Fragilidades da governança local: riscos e necessidades

Embora dignas de realce, iniciativas como as que se materializaram nos fóruns de planejamento turístico estão longe de representar mobilização suficiente para regular o funcionamento do setor através de uma governança que preserve as condições básicas do sistema. Assegurar tais condições implica zelar pela qualidade dos atributos turísticos locais, rechaçando práticas que os coloquem em risco.

Em Florianópolis, como já indicado, a atratividade se estriba basicamente na excelência dos recursos naturais, as praias em primeiro plano. Portanto, em quaisquer circunstâncias, o comprometimento da balneabilidade é sempre sinônimo de ameaça ao turismo, tanto quanto de degradação da qualidade de vida dos habitantes, de uma maneira geral.

Ora, o acompanhamento das condições de balneabilidade das praias florianopolitanas, periodicamente realizado pela FATMA, indica que alguns dos principais focos de atração turística costumam apresentar pontos onde a concentração de dejetos supera, ampla e preocupantemente, o nível de “apropriado para banho”. Isso ocorre mesmo em localidades que cintilam no *marketing* turístico local e se apresentam entre os principais cartões postais da ilha. A Lagoa da Conceição, cujas águas têm sido freqüentemente diagnosticadas como impróprias para uso em diferentes locais de coleta, constitui possivelmente a melhor ilustração. Contudo, mostram-se inquietantes os resultados observados também em outros ambientes de grande movimentação turística, como as praias de Cachoeira do Bom Jesus, Canasvieiras, Ponta das Canas, Jurerê e Ingleses.

Isso desnuda a perenidade de um problema que, extremamente grave, era deplorado muitos anos atrás: periódico de circulação estadual anunciava já em 1991 que “esgoto afasta turista da Praia dos Ingleses” (ESGOTO..., 1991). Diz-se “perenidade” porque, embora a experiência turística local se aprofunde e se amplie com passar do tempo, o comprometimento de alguns dos principais recursos do turismo não parece dar sinais de arrefecimento: na alta temporada 2006-2007, coletas de água efetuadas pela FATMA (em 26 de janeiro, portanto, no auge da temporada) indicaram a impropriedade para uso de locais na Lagoa da Conceição, Praia Brava, Armação do Pântano do Sul, Cachoeira do Bom Jesus, Jurerê e Ponta das Canas (conforme informações obtidas no *site* da instituição: [www.fatma.sc.gov.br/servico/Relatorio2006\\_2007\\_08.pdf](http://www.fatma.sc.gov.br/servico/Relatorio2006_2007_08.pdf)). Inegavelmente, a questão em foco é reveladora das dificuldades enfrentadas pelo sistema local para agir com respeito a um aspecto essencial da realidade turística da área.

Em algumas localidades, a Lagoa da Conceição entre elas, as origens dos dejetos incluem até representantes de agentes que participam da oferta de serviços turísticos (como restaurantes), um tipo de ator que, por razões evidentes, deveria se interessar pela manutenção da qualidade dos fatores de atração turística e agir de acordo com isso (LINS, 2000a). Comportamentos (que não se restringem ao funcionamento de restaurantes, é bom acentuar) deletérios para as estruturas

socioeconômicas locais e que podem comprometer-lhes o futuro denotam as fragilidades da governança, sugerindo que a aprendizagem escorada em anos de vivência turística não foi capaz de redundar em ações inspiradas no reconhecimento de que turismo desenvolvido significa muito mais do que fluxo encorpado e concentrado de visitantes: implica antes de tudo a defesa sem concessões dos patrimônios locais, entre eles, com absoluta prioridade, o ambiental (consultar, por exemplo, FIGUEROLA, 1985).

É importante ter em mente o completo sentido de caráter de mão dupla ostentado pela dependência mútua incrustada nos *clusters* turísticos. Nesses *clusters*, segundo observado anteriormente com base em Porter (op cit.), a dependência mútua significa que o desempenho positivo de um (ou alguns) ator(es) tende a favorecer a performance de outros atores. Ora, deve-se acentuar que essa interdependência pode perfeitamente evoluir em sentido oposto: comportamentos individuais – mesmo que de alguns poucos agentes – negativos podem comprometer, talvez irremediavelmente, o funcionamento do conjunto. Isso é tanto mais provável nos ambientes turísticos em que a atratividade é sustentada por atributos naturais e as condutas dos agentes, ainda que só de um pequeno número, contribuem para solapar a existente base de atração. Com base nisso, pode-se dizer que em Florianópolis, como em outros redutos turísticos do litoral catarinense, o percurso cumprido pelo setor de turismo não deixa de se revelar pontilhado de tensões e mesmo de conflitos (CÂMARA, 2001).

Está em causa na região, portanto, o interesse e a capacidade de instituições como o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis e a Prefeitura Municipal para atuar de forma conjugada com vistas a uma efetiva e necessária governança local. Se o entusiasmo demonstrado com a “venda” do produto turístico fosse estendido à preservação da qualidade deste, desdobrando-se em ações que denotassem amplitude de visão para além do curto prazo e zelo para com o patrimônio coletivo – o que implicaria constrangimentos e penalizações das iniciativas perniciosas ao conjunto –, uma verdadeira governança poderia ser desenhada. Contudo, até agora isso parece esbarrar em grandes dificuldades para a aglutinação dos atores centrais, como o empresariado turístico e o vinculado a setores de apoio, em torno de objetivos comuns, não obstante o funcionamento de instituições que representam os seus interesses.

O papel do setor público em qualquer sistema local é básico, conforme ressaltado anteriormente, e os sistemas baseados no turismo não configuram exceção. Planos Diretores, com as inerentes definições e regulamentações sobre o uso do solo e as indicações a respeito da expansão urbana, representam iniciativas de cunho regulador de integral responsabilidade do Estado: monitorar, controlar e coibir, além de planejar, inserem-se nesse campo de atuação. Entretanto, também em relação a esse problema a governança tem dado mostras de deficiências em Florianópolis.

De fato, apesar dos limites associados à condição insular, entre outros aspectos da geografia local, e a despeito das orientações de esferas técnicas da Prefeitura Municipal (o IPUF à frente) tornadas públicas há 25-30 anos, o tecido urbano florianopolitano avançou progressiva e inexoravelmente em direção às costas norte e leste da Ilha de Santa Catarina. Isso ocorreu no bojo de um crescimento populacional que não dá mostras de arrefecimento e pressiona cada vez mais a qualidade de vida, tendo em vista o irrecusável e crescente descompasso com os serviços e as infra-estruturas.

Na esteira de um crescimento urbano que em alguns locais parece merecer a designação de “selvagem”, sem que faltem construções ilegais e agressões ambientais de diversos tipos, assiste-se até ao que se poderia chamar de “conurbação interna”. Esse processo se apresenta traduzido em veloz adensamento da ocupação ao longo das rodovias que interligam os distritos do município, acenando com a possibilidade (talvez menos absurda do que pode parecer) de, em futuro não muito remoto, assistir-se à irremediável configuração de um enorme *continuum* urbano na ilha. A

urbanização avassaladora, ao largo do planejamento e do controle do crescimento da cidade, configura ameaça à qualidade de vida e, por conseguinte, ao próprio turismo. Sua velocidade, suas características e os problemas a ela associados talvez representem o principal sintoma da enorme fragilidade da governança no setor de turismo da área de Florianópolis.

Todo o referido induz a pensar que, não obstante o que já se logrou realizar, parcela considerável dos problemas observados no turismo florianopolitano guarda relação com as carências do planejamento – especificamente ligado ao turismo ou não – e das medidas de política. Aludindo só ao que é específico do turismo, esse setor figurou como alvo de iniciativas na esfera do planejamento, como assinalado anteriormente, mas o que se protagonizou teve caráter apenas pontual, espasmódico, e não propriamente inserido em dinâmica técnico-institucional típica de um processo de planejamento digno desse nome. Uma tal dinâmica, de cunho sistemático, seria necessária para canalizar/apoiar os esforços de promoção do turismo de eventos, e também para favorecer, mediante estudos e indicação de alternativas, os efeitos multiplicadores do turismo, principalmente no plano do emprego, assim como para fomentar vínculos férteis e de fortalecimento recíproco entre o setor de turismo e o patrimônio sócio-cultural das localidades ditas tradicionais (LINS, 1996; 2002).

Naturalmente, um terreno de atuação estratégica, em rotina de natureza técnico-institucional com vistas ao planejamento e ao amparo de decisões de política, diria prioritariamente respeito ao patrimônio ambiental, crucial para o turismo em si e condição de qualidade de vida para a população, de uma forma ampla. Sobre isso, o aspecto de governança representado pelas atividades de uma esfera técnico-institucional como a que aqui se alude ganharia contornos mais fortes à reboque, por exemplo, de análises das capacidades de carga (ecológica, social) dos locais turísticos, com a determinação dos pontos de saturação. Na correspondente agenda técnica, questões com esse teor haveriam de ter um destaque irrecusável.

Assim, no seio de iniciativas desse tipo, e com a implementação de ações bem focadas, seria possível pensar sobre o turismo como setor capaz de efetivamente contribuir para o desenvolvimento local em Florianópolis. Com efeito, o turismo pode ser fonte de benefícios, mas a materialização destes requer preparação de terreno e disposição para agir. Por exemplo, os efeitos em termos de criação de empregos tendem a ser tanto maiores na medida em que o trabalho seja menos precário do que o observado em muitos casos, o que pressupõe ocupações mais duradouras e salários melhores. A quebra da sazonalidade turística pode favorecer o alcance desse objetivo, porém isso exige mobilizar recursos que possibilitem demanda turística além da alta temporada, para o que os investimentos em infra-estrutura são fundamentais, em quaisquer condições. No que se refere aos salários, repercussões positivas podem advir da própria redução da sazonalidade, mas é básico atingir um nível de qualificação da mão-de-obra que seja compatível com remunerações mais elevadas e que respalde reivindicações neste sentido. Também em relação a isso é possível lograr avanços em escala local-regional e através de parcerias, objetivando a oferta de uma adequada formação profissional.

Em suma, os assuntos a serem encaminhados no âmbito de um tratamento técnico apto a estribar iniciativas de política são diversos. Mobilização dos agentes e inclinação à ação conjunta, visando o interesse coletivo, devem constituir, de qualquer maneira, verdadeiras palavras de ordem. Com efeito:

O futuro do turismo na Ilha de Santa Catarina, no que concerne ao problema da qualidade e da sustentabilidade, tem a ver com o que se venha a protagonizar rapidamente em termos de planejamento, investimentos e controle do uso dos recursos. Como indica a experiência internacional, é muito importante inocular o sentido de coletividade na constelação de atores do setor turístico, congregando-os em torno de objetivos comuns, e introduzir/fortalecer a coordenação das ações individuais de maneira a garantir o nível dos principais atributos. [...] Acredita-se que, apesar de tudo, [...] décadas de trajetória turística possam ter proporcionado aprendizagem que signifique os rudimentos de uma tal cultura na Ilha de Santa Catarina. Para ir além da hipótese, contudo, fatos concretos são indispensáveis (LINS, 2002, p. 325-326).

## 6 Considerações finais

A perspectiva analítica dos *clusters*, onde têm lugar temas como interações, processos de aprendizagem e ações conjuntas e seus reflexos, entre outros que se tornaram centrais na reflexão sobre o desenvolvimento local-regional, ajuda a iluminar a situação de núcleos turísticos como o representado pela região de Florianópolis. Essa orientação é importante, sobretudo, porque coloca no centro da discussão o problema das interdependências, um aspecto a ser necessariamente levado em conta quando se perscrutam os vínculos entre turismo e desenvolvimento. Realmente, a idéia de dependência mútua, segundo a qual os comportamentos dos diversos agentes turísticos afetam uns aos outros, merece figurar com destaque em qualquer debate sobre turismo local-regional e permear quaisquer medidas de estímulo e apoio ao desenvolvimento que tenham nesse setor um elemento essencial.

Lins (2000a) assinalou que Florianópolis e sua área mereceriam a designação de *cluster* turístico caso, antes de tudo, o perfil das interações locais envolvendo os integrantes do *trade* acenasse com níveis de cooperação capazes de assegurar a sustentabilidade dos recursos para turismo (representando simultaneamente preservação das condições para uma boa qualidade de vida da população em geral) e também de promover ações conjuntas em benefício do setor, na sua totalidade. Se as circunstâncias que permitiram o ceticismo então expressado por aquele autor sobre tal possibilidade não foram substancialmente alteradas até o momento presente, o enfoque adotado neste artigo – colocando em relevo temas como inter-relações e aprendizagem coletiva – faz pensar, todavia, que o caminho a ser trilhado, com vistas à transformação do turismo em possível fator de crescimento econômico e de desenvolvimento local-regional, não há de ser outro senão a construção de uma espécie de “coalização local”, ou “força-tarefa”, cujo epicentro seja o interesse num turismo sustentável e irradiador de benefícios para a sociedade.

Concretizar ações nessa direção, em sintonia com o que vem sendo preconizado em diferentes fóruns perante os desafios do período atual, representaria, sem sombra de dúvida, um importante feixe de inovações no turismo florianopolitano.

## Referências

- BARBOSA, M. A. C.; ZAMBONI, R.A. Formação de um “cluster” em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito – MS. **Texto para Discussão**, Brasília: IPEA, dez. 2000, n. 772.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. De la régulation des espaces aux espaces de régulation. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. (dirs.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris: La Découverte, 1995, p. 293-303.
- CÂMARA, M. R. **O turismo no litoral de Santa Catarina: tensões, conflitos e reorganização espacial**. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- CARNEIRO, C. M. Cem mil habitantes numa ilha sem recursos próprios. **O Estado de S. Paulo**, p. 16, 6 mar. 1964.
- COOKE, P.; URANGA, M. G.; ETXEBARRIA, G. Regional innovation systems: institutional and organisational dimensions. **Research Policy**, v. 26, n. 4-5, p. 475-491, 1997.
- ESGOTO afasta turista da Praia dos Ingleses. **Diário Catarinense**, Florianópolis, p. 7, 23 jan. 1991.
- FABRIS, V. A estrela do verão brasileiro. **Gazeta Mercantil - Relatório**, p. 1, 30 nov. 1993.
- FIGUEROLA, M. **Teoría económica del turismo**. Madri: alianza Editorial, 1985.
- FÓRUM PERMANENTE DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE FLORIANÓPOLIS. **PLANET 2.000**. Florianópolis, versão 98/99.

- GILLY, J.-P.; PECQUEUR, B. La dimension locale de la régulation. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. (dirs.). **Théorie de la régulation**: l'état des savoirs. Paris: La Découverte, 1995, p. 304-312.
- GLASMEIER, A. K. Territory-based regional development policy and planning in a learning economy: the case of 'real service centers' in industrial districts. **European Urban and Regional Studies**, v. 6, n. 1, p. 73-84, 1999.
- GOVERNO de Santa Catarina/SANTUR. **Estudo da demanda turística**: município de Florianópolis. Florianópolis: SANTUR. (vários anos).
- ILHA de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Assembléia Legislativa de Santa Catarina: Assessoria Cultural, 1979.
- IPIUF. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis**. Florianópolis: IPIUF, dez. 1981. (mimeo).
- JANUÁRIO, S. S. Organização, ação e representação de interesses do empresariado do setor turístico em Florianópolis. Florianópolis, 1997. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- LANDABASO, M.; OUGHTON, C.; MORGAN, K. The regional innovation policy in the beginning of the XXI Century. VIII SEMINARIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA – ALTEC'99, Oct. 1999, Valencia. **Resúmenes y Ponencias...** Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, p. 459-495.
- LINS, H. N. Herança açoriana e turismo na Ilha de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: UFSC/CFH, v. 10, n. 14, p. 89-117, 1993.
- LINS, H. N. Turismo na Ilha de Santa Catarina: desenvolvimento e sustentabilidade. 1ª OFICINA DE DESENHO URBANO DE FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal de Florianópolis/Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis/Universidade Federal de Santa Catarina, **Anais...**, 1996, p. 58-61.
- LINS, H. N. Florianópolis, *cluster* turístico?. **Turismo em Análise**. São Paulo: USP/ECA, 11(2), p. 55-70, nov. 2000a.
- LINS, H. N. Turismo y desarrollo en el Brasil meridional. **Estudios y Perspectivas en Turismo**. Buenos Aires: Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos, p. 197-228, 2000b.
- LINS, H. N. Ilha de Santa Catarina: o turismo em debate. In: PEREIRA, N. do V. (Org.). **A Ilha de Santa Catarina**: espaço, tempo e gente. V. 2. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002, p. 315-327.
- LINS, H. N. et al. Turismo em Santa Catarina: caracterização e problemática. In: VIEIRA, P. F. (Org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED Editora, 2002, p. 209-261.
- LINS, H. N. Sistemas agroalimentares localizados: possível “chave de leitura” sobre a maricultura em Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: SOBER, v. 44, n. 2, p. 313-330, abr/jun 2006.
- LUNDEVALL, B.; BORRÁS, S. **The globalising learning economy**: implications for innovation policy. Brussels: European Commission, 1997.
- MACHADO, B. D. D. **O turismo de eventos em Florianópolis**: um estudo exploratório. Florianópolis, 1999. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- MINGORI, J. O desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina: dos percalços do turismo massivo às proposições de um turismo sustentável. Florianópolis, 2001. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- MORETTO NETO, L. A atividade turística e o desenvolvimento sustentado. Estudo de caso: o Balneário de Ingleses e o Projeto Costa Norte – Ilha de Santa Catarina, no período 1960-1990. Florianópolis, 1993. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina.

MORGAN, K. The learning region: institutions, innovation and regional renewal. **Regional Studies**, v. 31, n. 5, p. 491-503, 1997.

NÁCHER, J. M.; CARPI, J. T. Aprender de una región ganadora: turismo de masas y desarrollo local en la Comunidad Valenciana (España). **Estudios y Perspectivas en Turismo**. Buenos Aires: Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos, p. 251-264, 2000.

OECD Conference on Innovation and Growth in Tourism. Lugano, Switzerland, 18-19 September 2003. (Introduction to the Proceedings).

OURIQUES, H. R. **Turismo em Florianópolis: uma crítica à indústria pós-moderna**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

PAIVA, M. Das G. De M.; CAVALCANTI, K. B.; SOUZA, T de. Hotelaria do Nordeste: no espelho da globalização. **Turismo em Análise**. São Paulo, USP, V. 7, n. 2, p. 45-62, nov. 1996.

PORTER, M. E. Clusters and the new economics of competition. **Harvard Business Review**. v. 76, n. 6, p. 77-90, Nov.-Dec. 1998.

RIAL, C. S. Mar-de-Dentro: a transformação do espaço rural na Lagoa da Conceição. Porto Alegre, 1988. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ROGERS, D. Brazil's sexiest secret. **Daily Telegraph**, London, 08 March 2006. Disponível em [www.telegraph.co.uk](http://www.telegraph.co.uk) Acesso em 11/03/2006.

SANTIAGO, A. G. Environnement, tourisme et aménagement: l'impératif d'une conciliation. L'Ile de Santa Catarina (Brésil). Paris, 1995. **Thèse de Doctorat** – Université de Paris I.

SANTOS, C. Planejamento turístico e seus reflexos no processo de urbanização nas praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional. Florianópolis, 1993. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina.

SCHMITZ, H. Collective efficiency: growth path for small-scale industry. **The Journal of Development Studies**, v. 31, n. 4, p. 529-566, Apr. 1995.

SILVEIRA, A.; DREHER, M. T.; ULLRICH, D. R. Desenvolvimento do arranjo produtivo local em turismo sustentável: entendimento dos empreendedores sobre a Nova Rússia, Blumenau, SC. **Revista de Negócios**, Blumenau, FURB, v. 10, n. 4, p. 276-287, out/dez 2005.

TEBCHIRANI, F. R. Economias de aglomeração e competitividade: o caso da indústria do turismo na cidade de Curitiba. 2001. **Dissertação** (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VANIN, A. Estado capta mais eventos neste ano. **Gazeta Mercantil Santa Catarina**, p. 1 e 3, 26 jul. 2001.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **National and regional tourism planning: methodologies and case studies**. London: International Thomson Business Press, 1997.